



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **5567**

**Presidente da Mesa Diretora:** José Maria Saraiva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Modifica e revoga leis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 14/12/2004

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 98/2004. Altera dispositivos da Lei Orçamentária Municipal nº 3.172, de 04/12/2003. (Créditos suplementares até o limite de 23%). (Referente à Lei nº 3.371, de 22/12/2004).

**Controle Interno – Caixa:** 16.2    **Posição:** 20    **Número de folhas:** 05

---

Especie: PL  
Categoria: medica  
Cl: 16.2  
Ordem: 20  
No fls: 03



98/2004

21.12.2004

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2004

AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO:

Altera dispositivo da Lei Orçamentária Municipal nº 3.172, de

04 de dezembro de 2003.

(creditos suplementares até o limite de 23%)

Carina

### MOVIMENTO

Entrada em 14/12/2.004

- 1 - \_\_\_\_\_
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - VISTA POR 3 DIAS Em. 16.12.2004
- 4 - APROVADO COM REGIME DE URGÊNCIA
- 5 - CIA - Em. 21.12.2004
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_

# PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

## PROJETO DE LEI Nº

### **ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL Nº 3.172 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2003**

A Câmara Municipal de Montes Claros(MG), aprova  
e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:


**Art. 1º** - Fica alterado o art. 5º da Lei Orçamentária  
Municipal nº 3.172 de 04 de dezembro de 2003, que passa vigorar  
com o seguinte teor:

“Art. 5º - Ficam o Poder Executivo e o Poder Legislativo  
autorizados a abrirem créditos suplementares até o limite de 23% (vinte  
e três por cento) da Despesa fixada nesta lei, utilizando os recursos  
provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias,  
conforme disposto no art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/  
64.”

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua  
publicação, produzindo seus efeitos no exercício de 2004.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 08 de dezembro de 2.004.

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 15 DE DEZEMBRO DE 2004  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

Eligível e legal  
Hantof

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 21 DE DEZEMBRO DE 2004  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)**

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 - Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

Montes Claros (MG), 13 de dezembro de 2004.

**Ofício nº.:** CJ072/2004  
**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei  
**Serviço:** Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter ao exame e aprovação dessa Casa o incluso Projeto de Lei, que tem por finalidade alterar os dispositivos da Lei Orçamentária Municipal nº 3.172 de 04 de dezembro de 2003.

As alterações de que trata a mencionada Lei 3.172 de 04 de dezembro de 2003, tem por objetivo suportar os ajustes da execução orçamentária no exercício, devido transferências de recursos de convênios e alterações em virtude de novo Plano de Cargos e Salários.

Assim, almejando esses objetivos é que, Senhor Presidente, encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei incluso, cuja aprovação solicitamos.

Neste ensejo, renovamos a V. Ex<sup>a</sup>. e aos seus ilustres Pares, nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito Municipal

Ilmo. Sr.

**José Maria Saraiva**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

NESTA





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA JURÍDICA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2004 QUE “Altera dispositivo da Lei Orçamentária Municipal nº 3.172 de 04 de dezembro de 2003.”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros – MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

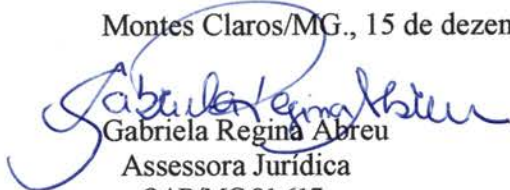
A proposição em exame tem por objetivo alterar o art. 5º da Lei Orçamentária Municipal nº 3.172 de 04 de dezembro de 2003, ficando o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizados a abrirem créditos suplementares até o limite de 23% (vinte e três por cento) da Despesa fixada, utilizando os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme o disposto no art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64. A referida lei produzirá seus efeitos no exercício de 2004.

O referido projeto segue os ditames da Carta Magna e observa a inteligência dos artigos 51, 71, 164 e 165 todos da Lei Orgânica Municipal.

*Ex positis*, o Projeto de Lei não fere e nem contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Constitucional e tampouco infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, Legal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG., 15 de dezembro de 2004.

  
Gabriela Regina Abreu  
Assessora Jurídica  
OAB/MG 81.617